



Publicações sobre RAP e ensino de História em periódicos científicos nacionais (2013–2023)

Esdras da Silva Barbosa¹

Mestrando em História (UNB)

 <https://orcid.org/0009-0004-7972-6513>

Recebido em: 16 de janeiro de 2025

Aprovado em: 06 de junho de 2025

RESUMO

Referenciado em dados e partes da bibliografia da pesquisa parcial de mestrado do autor, o artigo tem como objetivo geral, a análise de nove artigos mapeados no portal de periódicos da CAPES, envolvendo RAP e ensino de História, produzidos entre 2013–2023. Para tal análise, se fez necessário pensar objetivos específicos, entre os quais: mapear as produções acadêmicas em seus vários aspectos, investigar o contexto em que surgem, juntamente com analisar as escolhas temáticas, musicais, objetivos, metodologias, conceitos, contribuições e referências utilizadas. Considera-se também, a importância das concepções de ensino e aprendizagem em História que embasam estas produções, e suas relações com as leis 10.639/03 e 11.645/2008.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de História; RAP; Periódicos Científicos

¹ Professor na rede pública de ensino do Distrito Federal (SEEDF). Mestrando - Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS - UnB). Bolsista CNPq. E-mail: barbosa.hisunb@gmail.com



Introdução

O uso do RAP na educação escolar, no ensino de História, Geografia, Língua Portuguesa, Sociologia, entre outros componentes curriculares da Educação Básica, vem povoando monografias, artigos, dissertações e algumas teses, há mais de duas décadas. Um bom exemplo disso foi a dissertação² da pedagoga Elaine Nunes de Andrade, sobre RAP e educação, desenvolvida na Faculdade de Educação (FE) da USP e defendida em 1996. Leis como a 10.639/03 e 11.645/08, tratando de Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas, fizeram com que aumentassem as produções sobre a cultura Hip Hop, como um todo, e, com destaque, às produções sobre o RAP, demonstrando suas possibilidades inter e transdisciplinares dependendo de cada abordagem teórico-metodológica.

É esta produção acadêmica, especificamente sobre RAP e ensino de História, focada na análise de periódicos científicos nacionais publicados entre 2013–2023, que nos propomos analisar neste texto, sabendo dos limites de profundidade na análise devido à proposta da comunicação e o espaço disponível. O mapeamento e análise desses materiais acadêmicos tratará de nos aproximar do “estado do conhecimento/da arte” sobre o tema, inicialmente por meio dos artigos, os mapeando, na sequência, apontando suas principais características, contribuições, problematizações, limites, possibilidades teóricas e práticas.

² ANDRADE, Elaine Nunes de (Org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999.



A compreensão da música como possível fonte histórica, trata de uma narrativa que nos informa sobre certa sociedade e sua visão de mundo em determinado período de seu tempo e espaço. A compreensão do RAP como possível fonte privilegiada de veiculação de representações sociais, considerando o seu largo alcance junto à juventude e além dela, ainda assim não o fará um registro perfeito da realidade. A música não constitui um registro fiel de um possível fato histórico, ou encerra uma possível verdade histórica, ela pode surgir como um indício possível, e, para muitos, palpável para o que se vive. Dessa forma, na História Cultural, a música tende a ser lida como uma linguagem cheia de representações, permitindo analisar e compreender a historicidade das formas de produção de sentidos e de possíveis significados para o real.

Se considerando o RAP, dessa forma, como uma representação social, Oliveira (2017)³ vai trazê-lo como uma construção e reconstrução do passado, um lugar de memória e identidades que se cruzam no discurso musical, e como bem disse Rodrigues⁴:

Felizmente, diversas letras de rap podem abrir caminho para uma resignificação da memória do povo negro nas aulas de História por meio das músicas. Dentro dessa ótica, o rap se torna um elemento chave para reconstruir concepções acerca da cultura afro-brasileira, incentivando, através dessa prática, o papel da escola enquanto terreno fértil para importantes debates, valorizando-a como protagonista no enfrentamento de qualquer tipo de discriminação (2023, p.41)

³ OLIVEIRA, Eliane Cristina Brito de. *Do gangsta às minas: O RAP do Distrito Federal e as Masculinidades Negras (1990 a 2015)*. Dissertação de Mestrado - PPGHIS - Universidade de Brasília, 2017.

⁴ RODRIGUES, Pedro Henrique Corrêa. R.E.P.: *Ritmo Educação e Poesia*: as potencialidades do rap enquanto sujeito produtor nas aulas de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2023.



Ao que se percebe e é corroborado neste texto, a música pode constituir-se, tanto na historiografia como no ensino de História, em uma grande fonte para o estudo de inúmeros processos históricos, considerando as especificidades dessa linguagem. Seu espaço nas escolas, como é possível de notar em dezenas de trabalhos já publicados sobre o tema, aponta para as possibilidades em variados componentes curriculares da Educação Básica, e, como alguns trabalhos/publicações trouxeram, também no ensino superior.

O contexto de inserção das produções mapeadas e analisadas, advindas do Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sobre ensino de História e RAP, nesse caso, para além dos artigos, está relacionado a mudanças importantes na formação de professores e nos currículos de História. Tem-se também o surgimento do Mestrado Nacional em Ensino de História (ProfHistória⁵) criado entre 2012-2014, e as Leis 10.639/03⁶ e 11.645/08.⁷ Essas novidades influenciaram no crescimento das pesquisas, estudos e publicações sobre o ensino de História, se destacando temas como educação das relações étnico-raciais a partir do ensino de História, cultura afro-brasileira e indígena. Junta-se a tais elementos, as demandas dos movimentos negros e indígenas, às necessidades curriculares de mudanças nos livros didáticos de História, em

⁵ Para mais informações sobre o ProfHistória, acessar: <http://site.profhistoria.com.br/o-profhistoria/>

⁶ Lei que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio do país, com destaque às áreas de História, Literatura e Artes, contudo, estimulando o uso da lei em todas as áreas do conhecimento possíveis. Acesso para a lei citada em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

⁷ Além dos estudos apontados pela lei acima, a 11.645 tratará da obrigatoriedade do ensino de História e Culturas Indígenas nas mesmas etapas educacionais citadas. Lei disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm



sua grande maioria, ainda racistas e eurocêtricos. Assim, novos temas, linguagens e instrumentos de aprendizagem têm sido demandados para práticas docentes que buscam ressignificar e ampliar o sentido de ensinar e aprender História.

Diante da conjuntura acadêmica/educacional acima, o RAP, através de suas pesquisadoras(es), vai conseguindo mais espaço nas publicações de pesquisas voltadas para temas ligados à raça, ao racismo, classes, identidades, gêneros, territórios, violência e outros, como o ensino de História, campo com considerável destaque no assunto. Notamos e destacamos, não ser por acaso que o RAP socialmente engajado (Siqueira Júnior; Amaral, 2020)⁸ aparece como fonte ou recurso didático na maioria dos artigos dedicados ao RAP no ensino de História na última década, nesse sentido, a relação do RAP com as experiências vividas, fundamental na maioria das letras, é algo central.

Dialogando com o apresentado acima, Siqueira Júnior e Amaral (2020), ao defenderem uma epistemologia sul-americana com bases afro-brasileiras a partir do Hip Hop e do RAP, pensando no ensino de História como possível aglutinador de elementos para mudança de realidades, vão afirmar:

A pedagogia hip hop emerge no contexto da diáspora negra pelas Américas. Com um olhar atento para as temáticas pertinentes às populações historicamente prejudicadas, o movimento hip hop, por meio de raps socialmente engajados, procura não apenas denunciar as condições sociais encontradas nas periferias do continente, mas busca também uma valorização da história, da estética, da cultura e da ancestralidade, sobretudo de matriz

⁸ AMARAL, Mônica Teixeira do; SIQUEIRA JUNIOR, Kleber G. Por uma epistemologia sul-americana com base nas culturas afro-brasileiras: um debate sobre o ensino. **Revista Educação, Artes e Inclusão**. Volume 16, nº 3, Jul-Set. 2020.



africana e, mais recentemente, também ameríndia, com o surgimento de grupos de raps indígenas no Brasil e no México (2020, p. 85).

A emergência de produções sobre RAP e ensino de História, problematizando questões sociais relacionados à História do Brasil, seu passado escravocrata e a necessidade de novas narrativas sobre a história do povo negro, dialoga com o que Nilma Lino Gomes (2017)⁹, chamou de “pedagogia das ausências e das emergências”. O RAP tem forte potencial para trazer “novos” protagonistas¹⁰ da História em suas músicas, mais parecidos com os estudantes das escolas públicas, periféricas e interioranas, possibilitando pensar estratégias e abordagens outras para o estudo, construção e propagação dos conhecimentos históricos.

Dados gerais e panorama dos artigos

Mesmo com o recorte temporal aberto de 2013–2023, só encontramos produções diretamente relacionadas ao nosso tema, ensino de História e RAP, em artigos publicados entre 2015 e 2023, totalizando nove artigos que estarão listados em tabela ao final do texto, de toda forma, escolhemos manter o recorte a partir do que foi escolhido e pesquisado.

⁹ GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

¹⁰ CORROCHANO, Maria Carla; CERIACO, Michel da Silva. Rap e o movimento negro educador: juventude negra no protagonismo da lei 10.639/03. *Revista Interinstitucional de Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V.10, N.1 p.267-282, janeiro de 2024: "Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II.



Sobre as revistas responsáveis pelas publicações, nenhuma delas contou com mais de um artigo aqui analisado, sendo um total de nove revistas, que abrangeram os estados a seguir, com suas respectivas quantidades: Rio Grande do Sul (2), São Paulo (3), Minas Gerais (2), Paraná (1), Santa Catarina/Bahia (1). Nas regiões Sul e Sudeste se concentraram os periódicos, com exceção parcial de apenas um deles, envolvendo uma IES do Sul e outra do Nordeste em parceria. Todas as produções foram vinculadas a instituições públicas, tanto universidades quanto as escolas da Educação Básica onde ocorreram as experiências.

Ainda sobre as revistas, compondo assim objetivos específicos do mapeamento, as áreas acadêmicas às quais essas estão vinculadas, com suas quantidades de artigos em parêntese, foram: Educação (3), História (4), Ciências Humanas e Comunicação (2). Em sequência, partindo das áreas aos nomes das revistas, temos: Educação: Triângulo (UFTM); Educação, Artes e Inclusão (UDESC/UFSB) e Educere Et Educare (UNIOESTE). História: Revista História Hoje (ANPUH); Aedos (UFRGS); Caderno de Pesquisas do CDHIS (UFU) e Semina (UPF). Ciências Humanas e Comunicação: Extraprensa (USP); Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (USP).

Tratando-se das formações das autoras(es) responsáveis pelos artigos, as áreas de Educação/Pedagogia e História ganham destaque, contudo, também foi possível notar graduações nas áreas de Filosofia, Letras, Música, Comunicação e Psicologia. Para auxiliar na visão geral dessas formações, foi criada a tabela a seguir.



Tabela 1 – Formações

Graduação em História	Mestrado em História	Doutorado em História	Mestrado em Educação	Doutorado em Educação	Outras formações.
11	8	6	5	4	6

Fonte: tabela produzida pelo autor do texto

Em relação às autorias dos artigos, sete autoras/es lecionavam ou já lecionaram na Educação Básica das redes públicas dos seus estados e/ou municípios. Escreveram individualmente em somente um caso, e nos demais foram parcerias de duplas ou trios. Um número significativo e simbólico de professoras(es) que nos permite reforçar a importância da valorização dos saberes docentes produzidos no “chão da escola”. Identificamos também a presença de sete docentes universitários, enquanto outros eram mestrandos ou doutorandos no período de produção, ou publicação do artigo.

Adentrando aos grandes temas tratados nessas produções, História do Brasil, em maioria, e do Continente Africano, se destacaram, assim como educação para as relações étnicas raciais, pautando desigualdades sociais, racismo, machismo, identidades, pertencimento, ancestralidade, valorização de saberes tradicionais/comunitários e participação política. As leis 10.639/03 e 11.645/08 guiaram, direta ou indiretamente, quase todas as produções, sobretudo a primeira lei citada, trazendo assim a importância de se pensar as funções do ensino de História nas demandas sociais do tempo presente e as várias pautas de negros e indígenas no Brasil, envolvidas na legislação mencionada. Nesse caso, considera-se o próprio processo histórico-social para os avanços nas



legislações educacionais no que se refere às relações étnico-raciais no nosso país, como as leis destacadas, sendo a de 2003 referida diretamente em sete dos nove artigos e a de 2008 em cinco deles.

Nessa linha de raciocínio, é possível afirmar, seguindo ideias de autoras(es) envolvidos em experiências com o RAP no ensino superior, portanto, expandindo seu alcance e compreensão, que, “O RAP traz inúmeras articulações entre passado e presente, as quais propiciaram reflexões sobre a história do Brasil, suas violências, preconceitos e referências eurocêntricas que ainda marcam nossa realidade” (Silva; Souto, 2018, p. 273).

Os currículos da Educação Básica são contemplados nos artigos a partir de menções, no geral, além das leis apresentadas, também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), aos PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

Metodologias de aulas com previsão e valorização das participações dos estudantes, foi um elemento de importante presença na maioria das produções analisadas. Tanto nas experiências na Educação Básica, maioria delas, quanto no Ensino Superior, em dois casos. Oficinas, aulas expositivas, rodas de conversa, zines, batalhas de rima, poesias e composições musicais fizeram parte dos plurais abordagens ao ensino de História a partir da música RAP.

Voltando aos números, sete das nove fontes foram voltadas para o Ensino Fundamental II e/ou Médio, contando com cinco relatos de práticas, reflexões e propostas



a partir dessas experiências, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental, do RAP no ensino de História. Outros dois artigos trataram de propostas didáticas e debates teóricos sobre ensino de História nas etapas escolares acima mencionadas, ambos a partir da utilização do RAP. Um deles criou um catálogo com sugestão de álbuns de RAP e Rock lançados entre 2017–2019, visando tratar de conteúdos dentro do previsto em legislação nacional, e o outro foi sobre o ensino de História antirracista¹¹ através das educabilidades do Hip-Hop e do RAP.

Das experiências relatadas nos artigos vivenciados na Educação Básica, duas revelam planejamentos compartilhados entre os pesquisadores e docentes das escolas em questão, compondo projetos interdisciplinares, de áreas além da História, aparecendo, nesses casos, Geografia e Língua Portuguesa. Um dos artigos relatou uma sequência de materiais fílmicos, usando trechos e íntegras, até se chegar na música RAP, e outros precederam a utilização direta da música, buscando historicizar esse gênero musical e movimento político-cultural componente do Hip-Hop. Ações de importância para ajudar numa maior significação e valorização dessas produções, referenciando o povo negro como protagonista.

Dois artigos surgiram num contexto de oficinas com a utilização de RAP a partir de um projeto com universidades públicas, vinculadas a políticas públicas, contando com participação de rappers na escola em um dos casos, fazendo assim uma parceria entre

¹¹ FERREIRA, Rafael Mautone; SILVA, Gilberto Ferreira da. Ensino de História antirracista e a Lei 10.639/03: cultura hip hop e suas educabilidades. *Revista Triângulo*. Publicado em: 31 Out.. 2023. v. 16, n.2 – Maio / Ago. 2023.



escola, universidade e comunidade local/circunvizinha. Dessa forma, dialogando e fazendo valer, diretamente, com os três eixos centrais das IES públicas: ensino, pesquisa e extensão.

A dupla de artigos relacionados a experiências em universidades brasileiras, nesses casos, nos estados do Paraná e Minas Gerais, trataram da formação docente de pedagogos e historiadoras, das contribuições do RAP nesse processo, e do ensino de História com compromisso social. Nesse sentido, considerando como centrais as permanências históricas e a necessidade de mudanças no presente. O combate ao eurocentrismo e a importância do trabalho com as relações étnico-raciais, fundamentadas desde a 10.639/03, a 11.645/08 e vários documentos oficiais já mencionados, foram pontos tratados em ambos artigos, cada um à sua forma. Houve presença de debates, em um dos casos, sobre preservação ambiental, cidadania e desigualdade social, como um dos centros, noutro, ancestralidade, identidades e outras histórias necessárias e possíveis sobre o povo negro no Brasil e em África.

Autores dos dois artigos acima citados, Silva e Souto (2018)¹², e Pereira (2019)¹³, compreendem que o trabalho com música não significa a exclusão de textos acadêmicos, pelo contrário, busca-se a inclusão de outra linguagem e o surgimento de novas formas de olhares e leituras do e para o mundo. Pereira (2019), vai compreender que é preciso definir

¹² SILVA, Roger Anibal Lambert da; SOUTO, Bárbara Figueiredo. RAPensando a formação docente: experiências e reflexões sobre o uso do RAP no ensino de História. *Caderno Pesquisa do Cdhis* | Uberlândia, MG | v.31 | n.1 | p.254-277 | jan./jun. 2018.

¹³ PEREIRA, Marco Antônio M. Lima. “Carta à Mãe África”: desafios e possibilidades no ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 239-262 - 2019.



uma agenda prioritária no tocante a formação de professores de História, entende isso como diretamente relacionado à implementação exitosa de leis como a 10.639/03 e 11.645/08. Junto a isso, defende a necessidade de se compreender o ensino História da África e da Cultura Afro-Brasileira, como uma possível maneira de romper com a estrutura de pensamento eurocêntrico que, ainda hoje, caracteriza as formações escolar e universitária brasileira.

Referências teóricas, grupos e rappers destacados nas fontes

Quando analisamos a parte das principais referências bibliográficas presentes nas fontes, dos nove artigos que tratam do RAP no ensino de História, observa-se as interconexões e contribuições entre as áreas de História e Educação, constando também autorias da Sociologia, Antropologia e Filosofia. Assim, dividimos essas referências em dois grupos, historiadores e pesquisadores de outras formações, como das áreas citadas na linha acima.

Do campo da História foram mapeados menções e destaques as ideias das(os) seguintes autores: Anderson Oliva (2003, 2008), Amílcar A. Pereira (2011), Kátia M. Abud (2005), Circe Bittencourt (2008, 2004), Flávia Caimi (2001), Hebe Mattos (2008, 2003, 2011), Marcos Napolitano (2002, 2008), Pedro H. Mesquita (2018), Petrônio Domingues (2005, 2010) e João J. Reis (1996 e 2003). Das demais áreas identificadas, autores/as como: Ângela Davis (2016, 2018), Axel Honneth (2003, 2009), Aníbal Quijano (2010), Boaventura Santos (2000, 2017), Kabengele Munanga (2004, 2009,



2011, 2015), Marc L. Hill (2014), Nilma L. Gomes (2006, 2017); Stuart Hall (2011), Sueli Carneiro (2003, 2016), Theodor Adorno (1995, 2008), Vera M. Candau (2011) e Conceição Evaristo (2007).

A partir da lista de referências destacadas, nota-se a pluralidade dos elementos teóricos envolvidos para compreendermos as concepções de ensino de História e aprendizagens da História que embasam essas produções acadêmicas com uso do RAP. A grande gama de possibilidades teóricas e práticas a partir do RAP no ensino de História é outro fator destacado, permitindo às autoras/es as reflexões teóricas com pensadoras(es) de diferentes e complementares áreas do conhecimento, com destaque para as Ciências Humanas e Sociais.

Mapeou-se as presenças de epistemologias decoloniais, interculturais críticas, epistemologias do sul global e afrocentradas, no geral, dialogando com teorias e práticas de ensino de História e música. Pensamentos e propostas decoloniais foram as mais numerosas entre as fontes/artigos, assim como destacou-se a interculturalidade crítica¹⁴ em dois casos.

Acerca de questões geográficas/territoriais, a região sudeste do país (SP, MG e RJ) teve grande maioria das presenças de artistas/grupos de RAP utilizados nas produções e práticas nas escolas. Dentre algumas observações, há um artigo entre os selecionados, já

¹⁴ WALSH, Catherine. *Interculturalidade Crítica/Pedagogia decolonial*. In: Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.



menção, que visou construir um catálogo com álbuns produzidos entre 2017–2019 envolvendo RAP e Rock, pensado para serem utilizados nas aulas de História e outras disciplinas no ensino médio. Nele foram citados dezessete do total de vinte e cinco artistas/grupos, sendo que alguns deles, como Criolo, Emicida e Rincon Sapiência, aparecem noutros textos, estando assim entre os rappers mais citados, juntamente ao grupo Racionais MC 's, todos esses do estado de São Paulo.

Tabela 2 – Grupos e rappers citados nos artigos que relataram práticas em sala de aula

REGIÃO	ESTADO	GRUPOS/RAPPE R	TOTAL
Sudeste	Rio de Janeiro (1)	MV Bill	10
	São Paulo (9)	Daniel Garnet, Peqnoh e Phael (juntos)	
		Facção Central	
		Racionais MC 's (três artigos)	
		Sabotage	
		Luana Hansen	
		Criolo	



		Eduardo Taddeo	
		Emicida	
		Z'África Brasil	
Centro-Oeste	Distrito Federal*	GOG	1
TOTAL:	3	11	11

Fonte: tabela produzida pelo autor do artigo

Nota-se a presença de rapper mulher somente em um artigo dos cinco escritos a partir de vivências em sala de aula, nesse caso, da rapper Luana Hansen, no artigo de Silva e Souto (2018), intitulado “RAPensando a formação docente: experiências e reflexões sobre o uso do RAP no de História”. No artigo que fez um álbum com indicações musicais, a presença de rappers mulheres foi bem maior, ainda assim, menor que a de homens. Tais elementos trazem à tona, novamente, algo que pesquisadoras da presença de mulheres no RAP e Hip Hop, como Santos (2011, 2012)¹⁵, demonstrou há mais de uma década. Pois, partindo de produções acadêmicas sobre o assunto, as principais e maioria das referências lembradas quando se fala do RAP ainda são homens. Isso não quer dizer que não tenham mulheres se destacando, pelo contrário, todavia, quando se fala RAP, o “masculino” ainda

¹⁵ SANTOS, Sandra Mara Pereira dos. Relações de Gênero no Cenário do Rap Brasileiro: mulheres negras e brancas. Coloq. Int. Cult. Jovens Afro-Bras. Am., *Encontros e Desencontros* Apr. 2012.

SANTOS, Sandra Mara Pereira dos. Relações de gênero e emoções em letras de rap. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 2011.



predomina, causando silenciamentos que devem ser enfrentados, para não manutenção de desigualdades.

A quase totalidade dos rappers citados nos artigos/experiências são negras(os), seja dos textos vinculados a experiências práticas ou nos teóricos. Essa informação sobre identidade racial parte de declarações das/os artistas em músicas, entrevistas, redes sociais e afins. Esse é outro ponto a ser lembrado e vinculado à relação da História do RAP nos Estados Unidos e no Brasil, onde negritude, centros e periferias foram essenciais para seu desenvolvimento. Estudiosas da Cultura Hip Hop, assim como integrantes da mesma, há anos trazem o conhecimento, inclusive o conhecimento histórico como destaque, como mais um dos elementos componentes da cultura Hip Hop, assim como a dança breakdance, a rima, o grafite, e as(os) MCs com o RAP e as batalhas.

Considerações em construção...

Como dito de início, este texto surge de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, que adentra ao último semestre, na qual, além de periódicos/artigos, pesquisa dissertações e teses nacionais sobre o tema RAP e ensino de História, no mesmo recorte temporal em questão. Dessa forma, nossas considerações estão sendo construídas com o avançar das análises, o que não reduz a importância do presente texto ao fazer a leitura e análise completa de nove artigos sobre o tema. Esse trabalho será essencial para montar os elementos do “estado do conhecimento/estado da arte” sobre RAP e ensino de História a partir de sua produção acadêmica brasileira na última década.



Uma produção acadêmica que pode ajudar a construir uma história ainda em construção, com demanda urgente de mais presença negra e indígena. Dialogando com Beatriz Nascimento, através de Alex Ratts¹⁶, surge o seguinte:

O branco brasileiro, de modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade.(...) Dizem os intelectuais que nós não temos ideologia própria, porque fundamentalmente queremos embranquecer. Será exatamente isto? Ou nossa ideologia não deve ser aflorada? A história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita. (Nascimento apud Ratts, 2006, p.95/97)

Observa-se que, as teorias para um ensino de História intercultural, crítico, decolonial¹⁷, anticolonial e/ou afrocentrado, se colocam visando construir olhares críticos e reflexivos, demarcando, como um dos pontos centrais de análise, o lugar geofísico/territorial da produção

dos conhecimentos e dos atores sociais envolvidos nisso. “Este movimento denota uma outra lógica na construção do pensamento e da reflexão, pois desloca e contribui para o destronamento do conhecimento hegemônico (...)” (Ferreira; Silva, 2023, p.25).

Sendo assim, se faz pertinente lembrar que o ensino quando trata a História de uma perspectiva única, cria a negação e a invisibilização de outras formas de conhecimentos,

¹⁶ RATTs, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza, São Paulo, 2006

¹⁷ OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. rev.*, *Belo Horizonte*, v. 26, n. 1, p. 15- 40, abr. 2010.



de sujeitos protagonistas, por vezes, colocados como objetos passivos de suas próprias histórias, indo assim, no que Chimamanda Adichie (2019)¹⁸ chama de perigos de uma história única. Os artigos analisados nos convidam a ampliar olhares e refletir sobre possibilidades “outras” no ensino de História. Aqui, o RAP surge como um parceiro de muitas abordagens possíveis, assim, rico de possibilidades pedagógicas, crítica fundamentada, inteligibilidade e sentidos.

Relembrando Nilma Lino Gomes, “A gramática colonial opera de forma sofisticada na produção de não existências, na hierarquização de saberes e nas classificações sociais, o racismo é a força motriz do colonialismo” (2017, p.30)”. Sigamos atentos e agindo pelas mudanças necessárias, na luta por uma História que não silencie passados¹⁹ e presentes necessários de serem registrados, com várias formas e linguagens possíveis.

Artigos analisados, classificados por ano de publicação

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES.

- GOMES, Gabriela Teixeira; SCHIAVON, Carmen G. B; MADEIRA, Júlio César. A música como possibilidade de aplicabilidade da Lei 10.639/03 no Ensino de História. *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 8-21, Jul. 2015.

¹⁸

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras, 2019.

¹⁹ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. 272p



- FERNANDES, Ana Claudia F; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético-musical em sala de aula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, ago. 2016 (p. 183–200).
- SILVA, Roger Anibal Lambert da; SOUTO, Bárbara Figueiredo. RAPensando a formação docente: experiências e reflexões sobre o uso do RAP no ensino de História. *Caderno Pesquisa do Cdhis*, Uberlândia, MG, v.31, n.1, p.254-277, jan./jun. 2018.
- ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. A construção social da cidadania em um país intercultural: o uso de imagens no ensino da História e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. *Revista Educere Et Educare*, Vol. 14, N. 32, maio./ago. 2019.
- PEREIRA, Marco Antônio M. Lima. “Carta à Mãe África”: desafios e possibilidades no ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 239-262 - 2019.
- AMARAL, Mônica Teixeira do; SIQUEIRA JUNIOR, Kleber G. Por uma epistemologia sul- americana com base nas culturas afro-brasileiras: um debate sobre o ensino. *Revista Educação, Artes e Inclusão*. Volume 16, nº 3, Jul-Set. 2020.
- CÂNDIDO, Fábio da Silva; SIQUEIRA JUNIOR, Kleber G. Escrevivências, pedagogia hip hop e o ensino de história: reflexões sobre o enfrentamento da



pandemia na periferia de São Paulo. *Extraprensa*, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 82 – 97, mai. 2022.

- MARTINS, Matheus Valduga. Música e sala de aula: possíveis temáticas do ensino de História em álbuns musicais nacionais (2017-2019). *Semina* - Revista de pós-graduandos em História - UFP. Artigos livres. Volume 22. Nº 1. Janeiro/abril 2023
- FERREIRA, Rafael Mautone; SILVA, Gilberto Ferreira da. Ensino de História antirracista e a Lei 10.639/03: cultura hip hop e suas educabilidades. *Revista Triângulo*. Publicado em: 31 Out.. 2023. v. 16, n.2 – Maio / Ago. 2023.